APRESENTAÇÃO

Se o ano de 2016 foi marcado pela instabilidade política, o primeiro quadrimestre de 2017 mostrou-nos que as fragilidades do nosso sistema jurídico-político não podem ser sanadas sem uma reforma política.

Nesse contexto, sobreleva-se a importância de estudos que tragam consigo reflexões críticas e um viés propositivo acerca do Direito Eleitoral e da democracia. O compromisso desta publicação é com trabalhos dessa natureza que tenham efetivo potencial transformador.

No 1º número do seu 12º volume, a revista *Estudos Eleitorais* traz 7 artigos divididos em suas tradicionais seções. Abre a revista e a seção *Estudos Eleitorais* o artigo intitulado *Iniciativa popular e desvirtuamento do projeto pelo Legislativo: limites e perspectivas de soluções no Brasil e no Direito Comparado*, de João Trindade Cavalcante Filho. Nele o autor se debruça sobre esse importante instituto da democracia semidireta, refletindo sobre os limites à interferência do Legislativo no texto proposto, uma abordagem que compara o cenário brasileiro com outras ordens jurídicas estrangeiras.

Têm-se, na sequência, *O eleitor narcisista e a reforma política no Brasil:* caminhos e perspectivas, de Volgane Oliveira Carvalho, e *A reforma política: entre a governança e o sistema eleitoral*, de Felipe Gallo da Franca. A seção encerra-se com os artigos *Do efeito confiscatório da multa do art. 23, § 3º, da Lei nº 9.504/1997*, de Maria Stephany dos Santos, que aborda o tema numa perspectiva constitucional; e *O sistema proporcional de lista aberta no Brasil e a corrupção*, de Maria Regina Reis.

Na seção *Estudos Eleitorais na História*, tem-se a republicação do clássico artigo *A ponte suspensa*, de Raymundo Faoro (1925-2003), gentilmente autorizada pela família desse grande escritor que ostenta notável trajetória, coroada pela imortalidade da Academia Brasileira de Letras. Faoro convida-nos a reviver a inspiradora figura do político, historiador e jurista pernambucano Joaquim Nabuco (1849-1910), tendo como pano de fundo a política imperial brasileira.

Encerra a revista, na seção Estudos Eleitorais no Mundo, o importante tema da

acessibilidade no contexto político, em Accesibilidad electoral: derecho fundamental

de las personas con discapacidad, de Joelson Dias, ministro substituto do Tribunal

Superior Eleitoral entre 2009 e 2011, e Ana Luísa Cellular Junqueira. O artigo foi

publicado originariamente no México e atualizado pelos autores para a revista

Estudos Eleitorais. A propósito, aproxima-se o aniversário de cinco anos da

Resolução-TSE nº 23.381, de 19 de junho de 2012, que instituiu o Programa de

Acessibilidade da Justiça Eleitoral, abrindo importante espaço aos eleitores com

deficiência ou mobilidade reduzida para a equiparação de oportunidades no exercício

da cidadania. Iniciativas tais merecem os nossos aplausos.

Este número reúne, portanto, trabalhos científicos que muito têm a contribuir

para o aprimoramento das nossas instituições, para a preservação da nossa memória

político-histórica e para o amadurecimento de temas que nunca podem sair de pauta.

A todos uma profícua leitura!

Fábio L. Quintas

Diretor da EJE/TSE